



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

5. CAPITAL E TRABALHO

PORTO ALEGRE, 22 DE MAIO DE 1964

NA HOMENAGEM PRESTADA PELAS CLASSES
PRODUTORAS DO RIO GRANDE DO SUL.

Ao chegar ao Rio Grande do Sul, e particularmente a Pôrto Alegre, a grande metrópole meridional do País, retorno a uma paisagem que me faz recordar a adolescência. E se tenho a satisfação de ainda uma vez verificar que o homem, pelo trabalho e pelo bom-gôsto, tem feito crescer e aformosear-se a antiga capital de Piratini, também sinto, nas galas dêste encontro, permanecerem imutáveis a espontaneidade, o cavalheirismo e a generosidade, virtudes que têm sido o apanágio da gente gaúcha. E essa satisfação é tanto maior quanto me desvanece ter ao meu lado o vosso eminente Governador, o Sr. Ildo Meneghetti, a quem o Rio Grande e o Brasil devem tão assinalados serviços.

Reunião ditada pelos melhores sentimentos do vosso povo, vejo, neste encontro do Govêrno Federal com os homens de empresa do Rio Grande do Sul, feliz oportunidade para sentir de perto as reservas de brasilidade e as convicções dos homens que se devotam à tarefa de fortalecer a economia gaúcha. Tarefa que deve compreender não sòmente o constante enriquecimento da comunidade, propiciando empregos aos jovens que, em número cada vez maior, buscam no trabalho o meio adequado para constituir novos lares, mas também atender às crescentes responsabilidades da iniciativa privada na vida econômica e social do País. Bem sabe o Govêrno Federal a larga visão com que os homens de emprêsa do Rio Grande se têm voltado para o progresso do parque industrial gaúcho, hoje dos mais avançados do Brasil, que nêle tem não apenas um pilar de sua economia, mas também da sua segurança. Por isso mesmo, pelo conhecimento que têm

do papel e da posição do capital no mundo contemporâneo, sabem das graves responsabilidades com que devem arcar para que a sociedade brasileira, abolidos os privilégios de toda ordem, seja mais e mais uma sociedade política e economicamente democrática, cada qual ocupando o lugar que lhe compete na vida nacional, mas sem desniveis incompatíveis com a condição humana.

Estou certo de poder alargar a grata oportunidade que me propiciastes, dirigindo-me daqui mesmo, e através das classes produtoras, àqueles que, associados ao capital pelo labor com que o fecundam, representam a força-trabalho nos empreendimentos industriais, comerciais ou agrícolas. Desejo exprimir, dêsse modo, o empenho e o propósito do Governo no sentido de, sem prejuízo do reconhecimento da missão e da importância do capital na luta pelo desenvolvimento do Brasil, podermos constituir uma sociedade em que a recíproca compreensão de direitos e deveres suplante os desentendimentos — objetivo que somente alcançaremos assegurando aos trabalhadores a desejada justiça social, garantidora da dignidade do homem.

Com esse objetivo e com a necessária colaboração dos progressistas homens de empresa, o Governo não descansará, esperando fazer dos sindicatos, livres da corrupção e do medo, instrumento hábil das reivindicações dos trabalhadores. Também o direito de greve, que, apesar de inscrito na Constituição de 1946 e na sucessão dos chamados governos trabalhistas, ainda não lograra ser regulamentado, tem sido objeto de entendimentos com o Congresso Nacional, a fim de não ser retardada tão necessária legislação. Deixará, porém, de ser, a greve, arma intempestiva de agitação política para servir a justas reivindicações do operariado. Do mesmo modo nos empenharemos para assegurar ao trabalhador salário adequado ao nível do custo de vida, bem como razoável participação nos lucros das empresas. Participação, aliás, determinada pela Constituição de 1946, mas até hoje, decorridos quase vinte anos, sem obter melhor sorte do que o explorado e abandonado direito de greve. Tudo isso numa demonstração de que, apesar do alarde feito pelos que mais enganavam do que serviam aos trabalhadores, ainda há muito a fazer no sentido do aprimoramento e efetiva aplicação da legislação trabalhista. E

isso sem falar na habitação, na saúde, na educação e na melhoria das condições de trabalho, objetivos que o Governo também espera alcançar, com decisão.

Tudo a ser atingido como partes de uma politica social e econômica que propicie o aperfeiçoamento das emprêsas, a sua racionalização e completa democratização, a fim de se tornarem realmente capazes de beneficiar os que contribuem para a sua prosperidade.

Sòmente criando riqueza poderemos melhor dividi-la com todos os brasileiros. Disso o Governo está certo. E daí o amparo e o estímulo, que deseja proporcionar ao capital, indispensável ao nosso desenvolvimento. Até porque — e seria dispensável dizê-lo — ninguém melhor do que os próprios homens de emprêsa, pela experiência e pelo conhecimento que têm do problema, sabem quanto é necessário impregnar o capital e os seus detentores dum arraigado sentimento de transformação compatível com os dias atuais, e sem o qual não logrará salvar-se nem servir à coletividade.

Sòmente assim chegaremos àquele ponto de equilibrio e conciliação — um dos ideais da revolução — e que consiste em não desamparar o trabalhador, nem desestimular os capitais destinados a criar novos núcleos de riqueza nacional.

Sensibilizado pela expressiva homenagem com que distinguites o Presidente da República, desejo dizer-vos que sòmente unidos dentro de um sistema no qual tòda a Nação, sem distinção de classes, esteja integrada, consciente dos seus caminhos, atingiremos os grandes objetivos comuns. Até porque nada — nem a lei, nem a fôrça — substitui a vontade nacional, fonte suprema de tòdas as grandes realizações dos povos.

E ao reiterar os meus agradecimentos às classes produtoras que tão decisivamente contribuem para a expansão da economia do Rio Grande, faço-o com um voto pela prosperidade e o bem-estar do nobre povo gaúcho.